

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 07 de maio de 2019 às 07h34
Seleção de Notícias

Terra - Notícias | BR

Pirataria

A lista dos 10 filmes mais pirateados da semana (05/05/2019)	3
--	---

TECNOLOGIA

Migalhas | BR

Marco regulatório | INPI

Termo "JUCAÍ" pode ser registrado como marca	4
--	---

A lista dos 10 filmes mais pirateados da semana (05/05/2019)

TECNOLOGIA



TecMundo

Vingadores e história do serial killer Ted Bundy estão entre os destaques dos últimos dias...

Toda semana o Torrent Freak faz aquela lista dos dez filmes mais baixados ilegalmente por aí nos últimos sete dias. Para isso, o site realiza uma varredura nos arquivos compartilhados via rede BitTorrent - uma das mais populares da atualidade.

Confira abaixo o ranking completo dos filmes, junto com o trailer oficial de cada um. Vale ressaltar que esse rol é elaborado e divulgado apenas para fins de informação - o TecMundo não endossa nem compactua com a prática de **pirataria**. Recomendamos aos nossos leitores que assistam aos longas-metragens por meios legalizados.

Assim como na semana passada, o campeão entre os bucaneiros foi "Vingadores: Ultimato", que segue a caminho da maior bilheteria de todos os tempos - já superou "Titanic". Vale destacar que o longa também trouxe de volta para a lista "Vingadores: Guerra Infinita".

"Vingança a Sangue Frio", do sempre implacável Liam Neeson, chegou à vice-liderança, atrás de "Vidro", a conclusão do "Shyamalanverse" com Bruce Willis, James McAvoy e Samuel L. Jackson. Entre as

estreias está "Extremely Wicked, Shockingly Evil and Vile", que conta a história do assassino serial Ted Bundy.

10. "Como Treinar O Seu Dragão 3"

9. "Escape Room"

8. "Capitã Marvel"

7. "Do Que Os Homens Gostam"

6. "Vingadores: Guerra Infinita"

5. "Extremely Wicked, Shockingly Evil and Vile"

4. "Aquaman"

3. "Vidro"

2. "Vingança a Sangue Frio"

1. "Vingadores: Ultimato"

Termo "JUÇAÍ" pode ser registrado como marca



A 1ª turma Especializada do TRF da 2ª região reconheceu que o termo JUÇAÍ pode ser registrado como marca para identificar uma série de produtos, dentre eles, "polpa, extrato, xarope, substância de fruta para bebidas".

O colegiado julgou recurso interposto pelo **INPI** contra sentença do juízo da 13ª vara Federal do RJ, que declarou a nulidade parcial do ato administrativo que concedeu registro para a marca mista "JUÇAÍ Fruta da Palmeira Juçara", determinando ao **INPI** que prosseguisse, no prazo de 60 dias, no exame dos pedidos referentes à marca JUÇAÍ, sem a imposição de qualquer ressalva ao elemento nominativo JUÇAÍ.

A ação proposta perante a JF do Rio teve como objeto retirar a ressalva imposta pelo **INPI** sobre o termo JUÇAÍ quando da concessão do registro da marca em 2014. Ao determinar que não seria dada exclusividade ao termo JUÇAÍ, o **INPI** entendeu tratar-se de elemento descritivo e, portanto, irreregistrável como marca e ao mesmo tempo passível

de uso comum.

No entanto, o TRF entendeu que JUÇAÍ é um termo de fantasia, original e distintivo que não descreve absolutamente nenhum alimento, fruta e etc.

De acordo com a 1ª turma, o signo JUÇAÍ não possui qualquer significado no vernáculo, tratando-se de vocábulo composto criado a partir da aglutinação das palavras JUÇARA e AÇAÍ, "**não** configurando termo comum, pois não restou evidenciado que o vocábulo em questão esteja consagrado pelo uso corrente para designar o fruto da palmeira juçara, de modo a integrar a linguagem coloquial, nem um sinal de caráter necessário, por não ser um termo indispensável para designar ou representar os produtos assinalados ou os seus insumos, que são feitos a partir desse fruto, tampouco simplesmente descritivo por não se tratar de termo que visa indicar o destino, a aplicação ou a descrever o produto assinalado em sua própria constituição, afigurando-se nulo o seu apostilamento sem direito ao uso exclusivo."

Na decisão, ainda ficou consignado que "**não** cabe ao Judiciário imiscuir-se no mérito administrativo relativamente a pedidos de registro de marca em curso sem pronunciamento do **INPI** acerca da concessão ou rejeição".

Os desembargadores deram parcial provimento ao recurso, no entanto, porque entenderam que a imposição pela sentença de prazos para os atos administrativos do **INPI** nos autos dos procedimentos administrativos referentes aos pedidos de registro de marca em curso extrapolou os limites objetivos da lide, implicando em ofensa ao art. 492 do CPC/15.

Continuação: Termo "JUCAÍ" pode ser registrado como marca

O caso foi defendido pelo escritório **Dannemann**
Siemsen.

Processo: 0094421-51.2016.4.02.5101

Veja a íntegra da decisão.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3

Marco regulatório | INPI

4